

ATA DA REUNIÃO INTEGRADA DOS COMITÊS DE MONITORAMENTO BLOCOS 1, 2, 3 E 4.

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às 14h, na Rua Av. Rio Branco, Nº 277 – 4º andar, Faculdade Instituto Rio de Janeiro (FIURJ) no Centro do Rio de Janeiro, e por meio da plataforma digital de videoconferência Zoom Meetings, realizou-se a Reunião do Comitê de Monitoramento, instaurado para exercer o controle social através da participação no processo de formulação de políticas, planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme disposto no Anexo XII dos Contratos de Concessão.

Expediente

Leitura da regra da reunião, leitura do expediente, aprovação da(s) ata(s) da(s) reunião(ões) anterior(es) e comunicações de interesse geral do COMITÊ DE MONITORAMENTO.

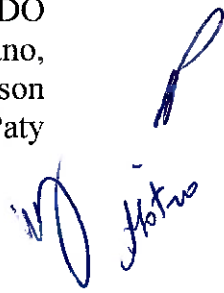
Ordem do Dia

1. Aprovação das atas de agosto e setembro de 2024;
2. Fala dos usuários;
3. Assuntos gerais e informes;
4. Assuntos diversos.

Logo, a reunião foi presidida pelo Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, da Federação das Associações de Moradores do Município RJ/FAM-RIO, do Bloco 3, com as participações dos presidentes: Sr. Licínio Machado Rogério, da Federação das Associações de Moradores do Município RJ/FAM-RIO, do Bloco 1, e Sr.^a Adriana Sotero Martins, da Fundação Oswaldo Cruz - FioCruz, do Bloco 4.

Participantes/Presencial: Sra. Natasha Handam, da Fundação Oswaldo Cruz – FioCruz; Sra. Lucia Cristina S. Soares, usuária do Jacarézinho; Sr. Pedro Ricardo D. P. Meira; Sra. Massami A. Saito, da Rede Parlamentar; Sra. Tatiana Pinho Mattos; da Rio Águas; Sra. Ilca Bezerra, dos Usuários Domésticos; Sra. Gilda Baltar, da Agenera; Sr. Marcelo Bogo, da Agenera e Sra. Renata Ramos Austim, da Agenera.

Participantes/Online: Sra. Drielly Vital dos Santos, Estagiária da ENSP – FioCruz; Sra. Flávia Cristina de Sena, do Município de Paracambi; Sra. Vitória, representando a AMATRE/RJ - ASSOCIAÇÃO DE MORADORAS (ES), AMIGAS (OS), TRABALHADORAS (ES), ESTUDANTES E PACIENTES DO BAIRRO CENTRO LAPA E ADJACENCIAS; Sr. Bernardo Jordano, representando o Mandato do Deputado Estadual Yuri Moura; Sr. Adilson Trindade, dos Usuários Domésticos; Sr. Ricardo Barbosa, da Prefeitura de Paty



do Alferes; Sr. Frederico Ayres Pinheiro - SEMAM / Nova Iguaçu; Sr. Rodrigo Bezerra da Silva - ENSP - Fiocruz; Sra. Elvira Carvajal, da Federação das Associações de Moradores do Município RJ/FAM-RIO; Sra. Adriana Bocaiuva, da CBH BG; Sr. Marcelo G Araújo - FIOCRUZ; Sra. Alessandra Rodrigues - Fiocruz; Sr. Danilo Goretti Villa Verde - Município de Saquarema; Sr. José Arimathéa; Sr. Sebastião de Moraes Filho - AMA Santíssimo; Sr. Alberto Mendes, dos Usuários Domestico; Dra. Gisela Pequeno Guimarães Corrêa; Dra. Fernanda Nicolau Leandro Terciotti; Dra. Gisela Pequeno Guimarães Corrêa, do Ministério Público; Dra. Fernanda Nicolau Leandro Terciotti e Sr. Firmo Daflon - Secretário Meio Ambiente Macuco.

O presidente, Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, inicia a reunião com a leitura do expediente e das regras. Informa que precisará se ausentar antes do encerramento, devido a um conflito armado na região onde mora. Em seguida, inicia a pauta com o item 1: aprovação das atas de agosto e setembro de 2024, questionando se todos leram os documentos. Como não houve manifestações, a Sra. Adriana Sotero Martins informa que as versões finais das atas já foram enviadas por e-mail e sugere inverter a ordem da pauta, iniciando pelas falas dos usuários.

A Sra. Lucia Cristina S. Soares, usuária do Jacarezinho, inicia sua reclamação, mas, devido a problemas técnicos, não foi possível identificar o momento em que informa seu endereço. Fica registrada a reclamação: *"Nós viemos passando por um período de falta de energia e, conseqüentemente, depois disso, começamos a ter falta de água. A princípio, avisaram que haveria uma manutenção. Após isso, passamos a ter, em vários pontos, essa interrupção no abastecimento. A minha casa precisa de uma bomba para que a água consiga entrar. Antes não havia essa necessidade, mas agora preciso da bomba, porque os vizinhos fizeram uma obra na rede para poder ter acesso, e isso afetou o abastecimento. Atualmente, estamos enfrentando falta de água. Se não fosse pela caixa d'água, esse reservatório que temos, eu já estaria completamente sem água, pois não tem mais água na rua. Conversei com outros moradores de ruas próximas, especialmente os que vivem perto da linha do trem, e eles também estão passando pelo mesmo problema. Não é algo isolado apenas na minha rua. Além disso, não consegui registrar a reclamação com a empresa, pois não tenho um número de cliente. Mesmo solicitando a abertura desse registro para relatar a falta recorrente de água na nossa rua, não estamos conseguindo resolver a situação."* Sua reclamação é referente a concessionária Águas do Rio. A Sra. Adriana Sotero questiona se a Sra. Lucia conseguiu registrar a ocorrência junto à concessionária Águas do Rio. Lucia responde que não foi possível registrar, pois não paga pelo serviço de água e, por isso, não tem número de cliente. Relata que, diferentemente da Light, que atende prontamente em casos de falta de energia, não consegue contato com a Águas do Rio. Adriana informa que o Comitê fará o encaminhamento da demanda e que o registro feito na reunião será formalizado por meio de um número SEI para dar prosseguimento à solicitação.

Adriana
M

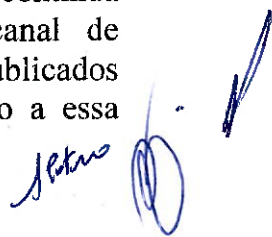
A Sra. Vitória Régia, representante da AMATRI – Associação de Moradoras, Trabalhadoras, Estudantes e Pacientes do bairro do Centro do Rio de Janeiro, usuária da concessionária Águas do Rio, registra sua reclamação: “A gente recebeu, de um morador do Castelo, a informação de que toda vez que há falta de água, há problemas no fornecimento quando este retorna. Por eles serem os últimos da linha de fornecimento aqui na área do Centro, segundo o que ele me passou, os prédios daquela área, inclusive muitos prédios residenciais, são os últimos a receber a regularização do abastecimento.” O João Ricardo orienta que, caso o endereço do local no Centro seja informado, isso ajudará a caracterizar a área, facilitando o encaminhamento do processo e permitindo que a empresa e a AGENERSA identifiquem corretamente o local. A Sra. Vitória continua sua fala: “Eu vou pegar com ele, porque ele não me passou o endereço. Outra coisa: os locais aqui no Centro que têm aclives também enfrentam dificuldades quando a água retorna, inclusive ali no Bairro de Fátima. É uma questão sobre a qual não temos muita informação precisa, mas, por ser uma área em aclave, seria necessário instalar uma bomba na esquina para facilitar a elevação da água para os prédios. Todos daquela região do Bairro de Fátima exigem um esforço maior para puxar a água da canalização que vem da parte plana da Rua do Riachuelo. Isso também acontece na Zona Oeste. Não sei se há alguém aqui da Zona Oeste, mas tenho parte da família lá. Em ruas com aclave, como a Virgolino, Alves Cardí e outras ruazinhas que cortam o Mendanha, há uma permanente falta d’água, justamente por causa do relevo. E não se vê nenhum trabalho ou esforço de melhoria por parte da concessionária Rio+Saneamento. O mesmo problema que ocorre no Bairro de Fátima, por conta do aclave, também acontece lá. Nas áreas mais altas, a falta d’água é constante, mesmo fora do verão. E lá vivem muitas famílias, idosos e crianças. Na verdade, em qualquer lugar, precisamos de água. Infelizmente, temos que continuar nessa luta para ver se há alguma melhora e se os serviços da CEDAE são retomados. Vou colocar o endereço no chat assim que conseguir direitinho, ok?”. O João Ricardo solicita que, pelo menos uma pessoa da região afetada, registre um protocolo junto à concessionária, para que seja possível identificar e acompanhar o problema a partir daquele endereço. Ressalta a importância de obter, se possível, a matrícula do consumidor. A usuária Vitória informa que a situação no Castelo foi relatada por um morador, cujo síndico já abriu processo, mas não obteve solução. João Ricardo finaliza informando que o Comitê fará o encaminhamento da demanda. Em complemento, a Sra. Vitória cita: “Ah, outra coisa que esqueci de falar e que também chegou para a gente: quando houve aquela falta d’água recentemente, todo mundo foi pego de surpresa. A concessionária resolveu realizar um trabalho adicional que não havia sido combinado com a população, e as pessoas não se prepararam para isso. Recebemos a informação de que os moradores de toda aquela área da Zona Portuária, Morro da Providência, Morro da Conceição, enfrentam falta d’água permanente. Durante o mês, têm apenas alguns poucos dias de abastecimento. Eles reclamaram bastante e disseram que não foi apenas naquela ocasião específica que ficaram muitos dias sem água, mas que isso acontece com frequência. Acredito que seja o mesmo problema relacionado ao aclave que

João Ricardo

mentionei anteriormente. Inclusive, eles fizeram um protesto, que saiu até no jornal AND, denunciando essa situação. Agora, como se trata também de casas, seria necessário verificar os endereços com os próprios moradores, certo? Para que vocês possam fazer o devido encaminhamento.” João Ricardo propõe que se publique o número de atendimento das concessionárias de água e saneamento, para que os moradores possam cobrar diretamente as empresas, e não apenas ao comitê ou a AGENERSA. Sugere o envio de uma carta às empresas de comunicação pública para que divulguem esses números ao vivo. Informa também que o Procon Carioca terá um setor exclusivo para água e saneamento, e que a Adriana Sotero trará mais detalhes. Vitória questiona sobre os 38 mil processos da Defensoria Pública. João Ricardo responde que, devido a mudanças no NUDECOM, a situação está momentaneamente “congelada” e que Licínio informará sobre o novo defensor responsável pela área de defesa do consumidor. Com a palavra, a Sra. Adriana Bocaiuva, representante do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, sugere levar ao BG a informação sobre a criação do Procon Rio de Janeiro para tratar de questões relacionadas ao saneamento. João Ricardo informa que haverá um informe da Sra. Adriana Sotero, e menciona que está sendo elaborado um projeto de cartilha pelo comitê, com o objetivo de orientar os moradores a apresentarem reclamações e ajudar as empresas a se organizarem. A Sra. Bocaiuva se coloca à disposição para divulgar o material na RH5. A Sra. Vitória questiona se será aberto processo administrativo para todas as demandas apresentadas na reunião. João Ricardo responde que o processo administrativo se inicia com o protocolo feito pela empresa, e a partir disso, a AGENERSA abre o processo e o encaminha aos demais órgãos, explicando que se trata de uma concessão pública, agora sob gestão privada. Ele ressalta que primeiro é necessário acionar a empresa e, depois, na Agenersa. Vitória comenta que o áudio não está bom.

Passando para o item “*Aprovação das atas de agosto e setembro de 2024*”, não há quorum para aprovação. João Ricardo sugere seguir para “*Assuntos gerais e informes*”. Adriana Sotero apresenta, em tela, primeiramente, o informativo ao consumidor, destinado aos cidadãos que participam das reuniões dos comitês, e sugere que ele seja disponibilizado em site eletrônico. Embora o comitê ainda não possua um site, isso está previsto em regimento, e a proposta é solicitar à AGENERSA que disponibilize o material em alguma plataforma. Está sendo desenvolvida uma versão inicial do informativo, com a inclusão dos sites das empresas, seus números 0800 e, se houver, e-mails e contatos de WhatsApp. Em segundo lugar, destaca que, em caso de não atendimento pela empresa, o cidadão deve registrar a reclamação na AGENERSA. Também serão avaliados quais canais e conteúdos locais podem fornecer esse tipo de informação. Terceiro: envolve canais que podem atuar em conjunto com a segunda etapa. (Houve uma interferência que impossibilitou parte da fala da Sra. Adriana). Adriana continua informando que os comitês de monitoramento podem ser um canal de recebimento de demandas. Menciona que, no Diário Oficial, são publicados processos do SEI, embora nem todos os trabalhadores tenham acesso a essa

Adriana

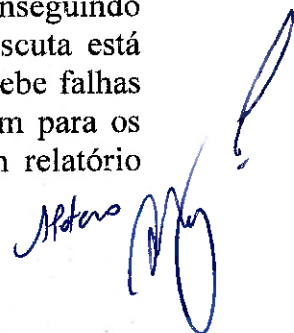


plataforma. O e-mail da Secretaria Executiva da AGENERSA também é apontado como um canal disponível. Além disso, o PROCON do Rio de Janeiro divulgou um informativo, e a Prefeitura do Rio lançou um canal direto para o PROCON Carioca, permitindo que o cidadão registre reclamações. Em seguida, ela reforça a ideia de um informativo, como um panfleto, idealizado pelos comitês para ser oferecido aos cidadãos. João Ricardo complementa dizendo que, em reunião anterior, foi destacada a importância desse documento para agilizar e organizar o trabalho dos comitês, auxiliar as empresas e facilitar a fiscalização da AGENERSA, sugerindo que o material seja disponibilizado em formato eletrônico e impresso. Adriana reforça que todos os membros podem colaborar nesse esforço. João Ricardo conclui alertando sobre a gravidade da falta d'água nesses períodos de calor, especialmente em hospitais, e reforça o papel dos comitês de monitoramento. Solicita também que, na próxima reunião, caso a AGENERSA concorde, seja feito um convite formal, por meio de ofício à Prefeitura, ao responsável do PROCON Carioca para que ele participe e explique como será sua atuação, se pode trabalhar em parceria com a AGENERSA e com o comitê. O objetivo é entender como essa colaboração pode ajudar a resolver o problema da falta d'água e iniciar as obras de saneamento. A palavra foi cedida à Sra. Tatiana Mattos, da Fundação Rio-Águas, que destaca a importância de constar o protocolo da concessionária nas reclamações dos cidadãos. Ela menciona que, na Rio-Águas, recebem questões relacionadas à Zona Oeste e ao esgoto da AP5, e reforçou que o 1746 já está direcionado para incluir o protocolo da Zona Oeste, pois isso permite o prosseguimento das demandas. Segundo ela, o cidadão deve, primeiro, abrir um chamado na concessionária, depois, na ouvidoria da própria concessionária e, se não houver solução, procurar o Procon Carioca ou o Comitê de Monitoramento. Adriana Sotero destaca que o objetivo do informativo é incentivar as pessoas a fazerem o registro das reclamações, mesmo que enfrentem dificuldades, como no caso da Dona Lúcia. Ela ressalta que o registro é necessário. João Ricardo complementa dizendo que a intenção é facilitar ao máximo para que a pessoa consiga reclamar e, assim, resolver o problema, apontando que a empresa precisa agir e ter controle da situação. Adriana Sotero continua sua apresentação informando sobre o segundo informe (exibido na tela), que trata de um relatório enviado previamente. Ela menciona a reunião do dia 9/12/2024, convocada pelo Ministério Público por meio do GTT, com a FIPE e a AGENERSA. Os presidentes também registraram suas impressões sobre essa reunião, cujo objetivo foi avaliar o grupo de trabalho ligado ao tema da FIPE. Relata-se uma longa espera pelos relatórios da FIPE. Expõe que foi solicitado à AGENERSA que o material fosse enviado a todos os membros, não apenas ao grupo de trabalho, para otimizar o tempo das reuniões. A reunião mencionada ocorreu na sede da AGENERSA. Houve interrupção por queda de internet, mas após o retorno, registrou-se em sua fala que, após a reunião de 9/12, houve nova cobrança pela disponibilização dos relatórios prometidos, com o objetivo de analisá-los ainda no final do ano, o que não ocorreu. Cita que os relatórios só foram disponibilizados no dia 21, o que comprometeu a sequência do trabalho, impossibilitando a análise adequada. O grupo de trabalho também não se posicionou sobre isso, e o pen drive com os

João Ricardo

documentos foi entregue em mãos. Então eles explicaram nessa reunião os pré e pós-operação das empresas. Informaram que no tempo da pré-operação, entraram com certo atraso e que não foi junto com os contratos das empresas. Por isso, no primeiro ano, estiveram apenas recomendando os dados. Citaram o Dashboard, um painel virtual já em operação na AGENERSA, e sugeriram que poderia ser colocado na página da AGENERSA. Por fim, apresenta que; A AGENERSA só considerou o encontro dos comitês com a FIPE porque o MPRJ solicitou, sem essa intervenção, não haveria o cumprimento da instância de monitoramento e fiscalização prevista nos contratos e na Lei 11.445/2007. Os comitês não foram chamados para a reunião no TCE; Foi reconhecida a falta de transparência devido à existência de chave de restrição nos relatórios enviados pelas concessionárias para a FIPE e nos produzidos pela FIPE. Os relatórios de Verificação Mensal são enviados para a Casa Civil, Agenersa e para a concessionária reavaliar, mas não são enviados aos comitês, que são a instância de controle social prevista nos contratos. No relatório P3, os comitês deveriam ter dado parecer sobre os índices, o formato e a periodicidade da conformação. A ausência de convite aos comitês para participação na definição da política de acompanhamento dos indicadores foi proposital, e o acompanhamento e avaliação ficaram prejudicados, já que a metodologia foi definida apenas pelas concessionárias, sem permitir que os comitês conhecessem o processo. Foi solicitado que os comitês participem, via Termo de Cooperação com a Agenersa, da análise dos impactos feita pela Câmara Técnica nos relatórios do Planejamento dos Investimentos e nos relatórios da FIPE. A falta de participação social na definição da universalização do saneamento nos 4 blocos regionais resultou no foco apenas em “dinheiros novos associados” à universalização e na flexibilização dos critérios. A FIPE, em determinado momento, não soube lidar com o acompanhamento devido a erros na modelagem feita pelo BNDES. As concessionárias decidiram, com base no plano conceitual, onde alocar os recursos, sem participação social ou acesso prévio dos comitês, que não puderam influenciar as decisões de investimento ou metodologia. Durante as incertezas sobre o acompanhamento dos indicadores previstos no anexo III, os comitês não foram chamados para participar da definição metodológica, que favoreceu evitar reequilíbrios econômicos e contestações, e também não participaram da elaboração da Instrução Normativa da Agenersa. O cálculo do IDG foi inicialmente sugerido pelas concessionárias, avaliado e devolvido pela FIPE, sem participação social. O ISU, um dos 11 indicadores do IDG, tem sua metodologia definida pelas concessionárias. É necessário que a FIPE utilize outros dados para confrontar e checar esse índice. A apresentação feita por Adriana Sotero será anexada a esta ata.

O Sr. Morvan Nobre registra que a qualidade do áudio está muito ruim, o que tem dificultado o acompanhamento da reunião. Informa que está conseguindo seguir a apresentação apenas por meio dos slides, uma vez que a escuta está bastante comprometida. Adriana Sotero pergunta se mais alguém percebe falhas no som da mesa, e alguns membros confirmam que o áudio está ruim para os participantes online. Morvan finaliza perguntando se já existe algum relatório



com resultados objetivos em relação às metas atingidas, ou se os documentos apresentados tratam apenas da metodologia, sem apresentar resultados. Adriana Sotero responde ao Morvan que, sobre as metas, foi entregue exatamente o que foi apresentado na reunião, referente ao momento pré-operação. O grupo de trabalho deve analisar esses documentos, já disponíveis no drive. Ela destaca que o relatório apresentado foi entregue ao GTT/SBDS (Ministério Público), que os convidou para a reunião com a FIPE, embora exista um termo de confidencialidade. Apesar disso, na reunião foi dito que, após a entrega da FIPE, os dados seriam públicos. Assim, o material foi disponibilizado apenas ao grupo que trabalha com a resolução e com a FIPE. Ela reforça a necessidade de esclarecer se os dados são sigilosos ou não, para possibilitar a divulgação pública e permitir o entendimento do grupo sobre a metodologia adotada. Houve manifestação do controle social sobre essa metodologia. Adriana registra que o relatório foi, sim, enviado, mesmo com grande atraso, sendo solicitado desde 2023, quando o grupo foi formado. Ressalta o volume de dados e a importância do acesso ao painel visual (DASHBOARD), produto da FIPE previsto nas regras. Esse painel pode facilitar a avaliação dos dados anteriores e o avanço com novos relatórios. Por fim, ela menciona a necessidade de marcar uma reunião e reorganizar o grupo de trabalho. O Sr. João Ricardo cede à palavra para o Licínio Machado, que trará um informe da Defensoria. Ele destaca que houve uma mudança na Defensoria, e que Licínio conseguiu uma reunião. Ele dará o informe sobre a situação do Núcleo de Defesa do Consumidor e o acompanhamento das ações judiciais, via Defensoria Pública, relacionadas à área de saneamento. Com a palavra, o Sr. Licínio Machado cita que esteve ontem com a Dra. Luciana Telles. Eles estão cuidando das questões e há uma série de processos que sabem da existência, mas ainda não conseguiram dar a devida atenção. É necessário aguardar mais um tempo para poderem analisar. Caso haja alguma emergência, é preciso chamar a atenção deles. Ele ressalta que estão muito abertos à colaboração. (Algumas palavras da fala do Sr. Licínio não foram possíveis de entender e registrar).

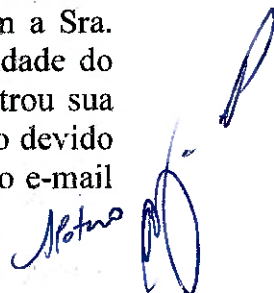
O João Ricardo comunica que recebeu uma denúncia de um usuário sobre cobranças antigas da CEDAE que continuam ocorrendo. Diz que irá encaminhar o caso para a Agenesra, e que, cartas estão chegando aos moradores, e uma pessoa se apresentou na porta de um deles apenas para entregar um documento, sem cobrar nada. Conseguiu apenas uma cópia da correspondência. É importante esclarecer essa situação para orientar os usuários sobre como agir, pois o problema pode se ampliar. Ao procurar a CEDAE, foi informado que não havia mais pendências com os consumidores. Porém, houve casos em que cobranças de esgoto surgiram onde antes não existiam, devido a acordos judiciais anteriores que foram repassados diretamente para as empresas privadas. Isso inclui locais onde os moradores utilizam seus próprios terrenos para o escoamento de esgoto, inclusive da rua, e por isso a CEDAE não cobrava. Agora, esses moradores estão sendo cobrados e ainda precisam fazer a manutenção do terreno usado como canal de esgoto e águas pluviais, sem que a CEDAE ou as empresas privadas assumam essa responsabilidade. A Sra. Massami A. Saito relata que em sua casa

Jaoter



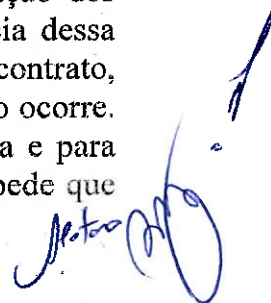
e nas dos vizinhos têm chegado cobranças de contas que antes não existiam, sem comprovantes. Foi solicitado um histórico que não foi enviado. Ela menciona que houve uma mudança em abril e que consta uma dívida no endereço. Critica o aplicativo da empresa Águas do Rio, que frequentemente sai do ar em momentos de falta d'água, impossibilitando reclamações. Solicita que o caso seja encaminhado ao Ministério Público para acompanhar a situação, pois o aplicativo sai do ar de forma recorrente, impedindo os usuários de agir. Destaca que, por desconhecimento ou medo, muitos acabam pagando as contas indevidas. Licínio ressalta a importância de tirar print da tela quando o aplicativo estiver fora do ar. O João Ricardo acrescenta que também é importante registrar pelo 0800. A Sra. Massami diz que o que se sabe das faltas de água que têm sido semanais, quando essa água retorna, retorna suja, com cheiro de esgoto e sem qualidade. (Algumas palavras estão difíceis de identificar por conta do péssimo som). Sra. Adriana Sotero, dando continuidade à sua apresentação, menciona que agradeceu a oportunidade de participação dos presidentes na reunião com a FIPE, ocorrida em 09/12, e informa que aguardam orientações sobre o uso do painel virtual e o acesso aos dados com confidencialidade. Menciona que receberam um pen drive em 25/01 contendo: bloco 1: 13 relatórios mensais (de março a novembro); bloco 2 (Iguá): ausência dos relatórios de maio, junho e julho, o que causou estranheza, apesar de entenderem o atraso da entrada; bloco 3: apenas 10 relatórios, também gerando questionamento. Ela destaca que, do ano 3, esperam receber os relatórios mensais e o anual. Por fim, informa que levará à próxima reunião integrada o conteúdo de um ofício recebido pelo Bloco 4, da promotora natural dos municípios da região, que trata da falta de transparência e das dificuldades enfrentadas pelos comitês para acessar dados e monitorar os contratos. Ela compartilhou um relatório com os membros do Bloco 4, destacando que a AGENERSA, junto com a FIPE, buscou atender essas demandas. O ofício responde a um questionamento antigo e exige resposta dentro de um prazo. Solicita o envio desse ofício a todos os membros dos comitês pela secretaria da AGENERSA. O Sr. João Ricardo informa que recebeu um ofício da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ sobre a falta de água no Complexo Penitenciário de Gericinó. Ele encaminhará uma cópia para a AGENERSA, ressaltando que, por se tratar de presídio, é uma questão de extrema responsabilidade e de cumprimento da lei. O ofício foi enviado tanto para o comitê quanto para a empresa, e destaca a importância de atenção à questão por parte do comitê e da AGENERSA. Comunica também que solicitará à AGENERSA o envio de um ofício às prefeituras para agilizarem e atualizem a representatividade no Comitê de Monitoramento. Ele reitera o pedido para que, na próxima reunião, haja quórum mínimo de representantes das prefeituras, destacando a importância disso para temas como o PROCON e a fala dos usuários, que são relevantes para todos os municípios e para o funcionamento do abastecimento de água. Na fala do Sr. Licínio, só foi possível entender que ele entrou em contato com a Sra. Daniela da AGENERSA, sendo o restante inaudível devido à má qualidade do som. Foi informado pelo apoio da AGENERSA que uma usuária registrou sua reclamação pelo chat, e que é necessário encaminhá-la à ouvidoria para o devido prosseguimento. João Ricardo, logo, solicita que seja enviado à usuária o e-mail

Notas

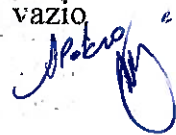


da ouvidoria da AGENERSA. Em seguimento à aprovação das atas, João Ricardo cita a importância de encaminhar a ata que está faltando para que todas as três sejam enviadas juntas, e solicita que os presentes leiam as atas de agosto e setembro para facilitar a aprovação na próxima reunião.

Com a palavra, Adriana Sotero propõe registrar um pedido ao governador sobre as inscrições de membros, destacando a rotatividade dos representantes municipais. João Ricardo responde que, caso a instituição não tenha mais o representante, que seja publicada a substituição, e que essa publicação será reforça que isso é fundamental para garantir o quorum. Diz que precisa do apoio administrativo, inclusive para uso de recursos como os informativos. Adriana menciona que já foi solicitado apoio da Agenersa para melhorar o layout para a cartilha. João Ricardo complementa que, se a Agenersa puder ajudar com um designer para a cartilha, ótimo, senão o comitê mesmo irá produzir e encaminhar, pois o importante é que a informação chegue. Ele ressalta ainda que o material será levado às reuniões, destacando que os cidadãos precisam aprender sobre cidadania e responsabilidade. Adriana Sotero finaliza dizendo que espera que, em fevereiro, um grupo da FIPE possa ser convidado para a reunião, a fim de explicar a metodologia, mostrar o dashboard e orientar o cidadão sobre como acessar os dados. A Sra. Ilca Bezerra destaca que, segundo o Regimento, são 33 membros com direito a voto, mas a ausência frequente tem impedido o quorum. Na reunião atual, apenas 14 membros está presente. Ela menciona diversas entidades que não têm participado, como: Associação de Moradores da Lauro Muller, Ramon Castilha, Xavier Sigaud e Adjacências – ALMA; Associação dos Gestores Ambientais do Estado do Rio de Janeiro - ANAGEA-RJ; Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP; SOS LAGOA; Associação dos Moradores da Urca – AMOUR; Associação de Moradores e Amigos de Botafogo – AMAB; Sra. Patrícia do Bloco 3 (Usuários Domésticos, que só assinou a posse); Associação de Mulheres da Ilha do Governador – AMUIG; Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado do Rio de Janeiro - ABIH/RJ; Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro - FECOMÉRCIO-RJ; Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Associação Nacional de Combate ao Abuso do Poder Econômico e Defesa do Consumidor – ANCADE, Movimento de Despoluição do Canal das Taxas; e Grupo Alfazendo. Portanto, sugere que se abra espaço para quem realmente deseja participar. João Ricardo propõe que Ilca disponibilize essa lista para a Agenersa, a fim de reiterar a publicação e solicitar que essas entidades indiquem novos representantes, já que os atuais não estão comparecendo. Ele informa que esse encaminhamento será repassado à Renata para organização. A palavra foi cedida ao Sr. Danilo Goretti Villa Verde, do Município de Saquarema, que ressalta a dificuldade de cobrar a concessionária devido a não aprovação dos planos diretores de água e esgoto pela Agenersa. Destaca a importância dessa aprovação para viabilizar a cobrança, especialmente no terceiro ano do contrato, quando já deveria haver ações em esgotamento sanitário, o que ainda não ocorre. Reforça que a aprovação dos planos daria subsídios para essa cobrança e para atingir a meta de 33% em cinco anos. Em seguida, o Sr. João Ricardo pede que



Danilo oficialize essa demanda à Agenesra e ao comitê para discussão na próxima reunião. Adriana Sotero orienta que o ofício seja encaminhado à Secretaria Executiva da Agenesra, com a indicação "Comitês de Monitoramento". A Sra. Adriana Bocaiuva solicita o envio da relação indicando a qual bloco contratual se refere à representação de cada instituição. Explica que, por exemplo, o CERHI pode estar sub-representado em certas regiões, como Saquarema, e que é possível trazer representantes mais adequados conforme a região hidrográfica. Pede que seja informado para quais blocos o CERHI não está enviando representantes, pois haverá uma reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em duas semanas, onde poderá propor a indicação de novos representantes para esses blocos. Destaca a importância de saber exatamente qual é a área em questão. Sr. João Ricardo afirma que será organizada a ponte para que Adriana Bocaiuva possa encaminhar a questão na reunião do Conselho Estadual. Adriana informa que essa reunião será no dia 19 e que já pode inserir o tema como ponto de pauta. Adriana Sotero pergunta até que dia ela precisa da informação, e Bocaiuva responde que, se for enviado o decreto, poderá verificar em qual bloco o CERHI participa e constatar se houve ausência de representantes. Sotero esclarece que nomes foram enviados, mas os representantes nunca compareceram, e relata ter feito uma análise de mais de 11 reuniões sobre o quorum. Aponta que o regimento não prevê medidas como envio de carta por ausência em reuniões, como ocorre nos comitês de bacia, e sugere revisar o regimento. Ressalta que o próprio regimento prevê tratar casos omissos em plenária, como está ocorrendo hoje, com apenas 14 votantes presentes. Em conversa paralela com João Ricardo, ela propõe interpretar o artigo do regimento com base no quorum existente. João Ricardo concorda e diz que o artigo deve ser publicado na próxima pauta e aprovado com quorum mínimo. Finaliza citando que, na próxima reunião, será feita a aprovação das atas com quorum mínimo e será aberto um chamado para que as entidades indiquem representantes que estejam presentes nas reuniões. Adriana Sotero concorda imediatamente. A Sra. Ilca Bezerra informa que há mais de 10 entidades que nunca comparecem às reuniões, o que tem causado problemas de quorum. Destaca que o problema ocorre sistematicamente devido à ausência constante dessas instituições, enquanto outras participam com frequência. O Sr. Licínio Machado reclama que a reunião está muito confusa para quem assiste de casa, devido ao forte eco nas falas. Pede mais disciplina no plenário para evitar que pessoas falem ao mesmo tempo. Relata que só conseguiu entender que está sendo discutido o quorum mínimo, mas não compreendeu o restante, e solicita que alguém explique sem interrupções, pois o eco dificulta o entendimento. João Ricardo explica que, devido à falta de quórum em duas reuniões, será feita uma nova tentativa na próxima, com publicação no Diário Oficial e reforço na convocação das entidades para aprovar as atas. Caso não haja quorum novamente, as decisões serão aprovadas com quorum mínimo. Licínio, apesar de reclamar do som, concorda totalmente com a proposta. A Sra. Adriana Bocaiuva informa que, devido às eleições realizadas no final do ano passado no Comitê da Baía de Guanabara e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, houve dificuldades para indicar novas representações, o que pode ter gerado um vazio



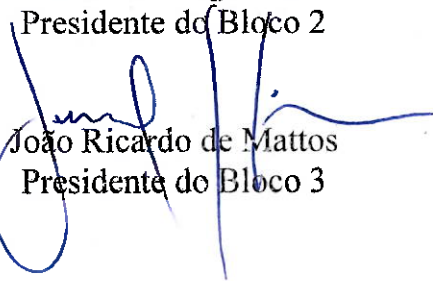
nas últimas três reuniões, especialmente no caso da Baía de Guanabara. Ela, como vice-presidente, ainda pode representar o comitê, mas reforça que o ideal é deliberar novos representantes em plenário. Destaca que esse tipo de transição é comum em colegiados e menciona que a nova coordenação do Conselho Estadual está interessada no tema, o que deve garantir futuras representações nos conselhos de todos os blocos. João Ricardo afirma que, independentemente da situação, é importante fazer o encaminhamento, pois será a terceira reunião consecutiva. Informa que, na publicação da reunião, será feito um aviso, incluindo a questão das prefeituras, que será comunicada a partir da Agenesra. O Sr. José Arimathea inicia justificando sua ausência nos últimos meses por ter sido candidato à prefeitura de Volta Redonda, o que o levou a suspender temporariamente sua participação nos espaços de representação. Agora, está retomando as atividades e pede desculpas por eventuais problemas. Sobre o Conselho Estadual, informa que, junto com Adriana, é membro, e que a Sra. Mainá se colocou como representante em todos os blocos, sem deliberação em plenária. Sugere reorganizar essa representação para que o Conselho indique uma pessoa diferente por bloco, evitando problema de ausência. Adriana Bocaiuva complementa destacando a importância do conhecimento do território. Arimathea também comenta sobre as dificuldades na transmissão do som da reunião, sugerindo uma solução técnica como o uso de telefone próximo aos participantes para melhorar a compreensão. Licínio acrescenta que o problema do eco se deve ao alto-falante do auditório e pergunta se é possível desligá-lo para melhorar o áudio. Adriana Sotero explica que a reunião está sendo realizada na FIURJ por uma excepcionalidade, já que o Clube de Engenharia, onde normalmente ocorrem os encontros, não pôde receber os comitês. Ressalta que no Clube de Engenharia a estrutura é melhor, sem os problemas enfrentados atualmente, como a impossibilidade de desligar a caixa de som do auditório, o que dificulta a escuta tanto para quem está presente quanto para quem acompanha online. Informa que esses problemas não devem se repetir na próxima reunião, que será no Clube de Engenharia. A Sra. Vitória solicita que, nas próximas reuniões, seja feito um filtro para evitar coincidência de datas com outros compromissos, o que impacta o quorum. Ela cita o caso do representante da ALMA, Sr. Abílio, que não pôde comparecer por estar em reunião do Conselho Municipal de Saúde no mesmo dia e horário. Adriana Sotero responde que o calendário das reuniões foi definido no ano anterior e a agenda já está estabelecida para o ano todo, sendo responsabilidade das entidades se adaptarem. Vitória compreende, mas reforça que agendas de conselhos municipais não são controladas pelas entidades. João Ricardo finaliza destacando que as entidades precisam se organizar, enviar seus representantes ou justificar suas ausências.

Nada mais a tratar, o Sr. João Ricardo de Mattos agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 17 horas.

Licínio M. Rogério
Presidente do Bloco 1



Eduardo Figueira
Presidente do Bloco 2



João Ricardo de Mattos
Presidente do Bloco 3



Adriana Sotero Martins
Presidente do Bloco 4

Em 16/09/2025

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2025



**ANEXO DO RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DOS COMITÊS DE
MONITORAMENTO DOS BLOCOS 1, 2 E 4**

**RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DOS COMITÊS DE MONITORAMENTO DOS
BLOCOS 1, 2 E 4**

SOBRE REUNIÃO CONVOCADA PELO GRUPO TEMÁTICO TEMPORÁRIO –
SANEAMENTO BÁSICO, DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E MUDANÇAS DO CLIMA
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO DIA 09/12/2024

1.OBJETO DA REUNIÃO – PROCEDIMENTO CNMP no.
02.22.0010.0006142/20224-26

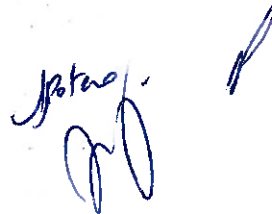
2.EMENDA RESUMIDA:

Apurar a regularidade de acesso à informação pelos Comitês de Monitoramento junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA de forma permitir e facilitar o controle social através da participação no processo de formulação e políticas, planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em atendimento aos artigos 11, p.2º. Inciso V e 47 da Lei | Federal no. 11.445/2007, após a conclusão do leilão da CEDAE.

3.CONVIDADOS/LOCAL: Presidentes dos Comitês, Representantes da FIPE e AGENERSA. Por conta do espaço e da mudança de data, que em primeira convocação era dia 05/12/2024 (Ofício no. 310/2024/GTT-SBDS/MPRJ, assinado pela Promotora de Justiça Dra. Fernanda Nicolau Leandro Terciotti, recebido dia 25/11/2024) e foi transferida para o dia 09/12/2024, não foi possível ter todo grupo de trabalho convidado para participar dessa reunião, de modo que os presidentes adotaram a metodologia de registro sobre os informes e decisões acordadas durante a reunião.

4.NOTÍCIA DIVULGADA PELA AGENERSA SOBRE A REUNIÃO:

<https://www.rj.gov.br/agenersa/node/2099>





A Agerensa recebeu, nesta segunda-feira (09/12), representantes do Ministério Público e do Comitê de Monitoramento dos blocos 1, 2 e 4 para apresentar o andamento das metodologias para análises dos indicadores de desempenho, desenvolvidas pelo Verificador Independente (FIPE), que também estava presente na reunião.

Um dos pontos solicitados pelo MP e pelos Comitês foi melhorar o acesso à informação a esses dados, pois ambos corroboram a dificuldade para acessar tais documentos.

O presidente da agência reguladora, Rafael Menezes sugeriu que todos os relatórios elaborados pela FIPE, após serem inseridos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), deverão ser enviados ao Ministério Público e aos Comitês de Monitoramento por e-mail, assim como solicitou que a Secretária-Executiva da Agerensa certificasse que os processos seriam colocados como acesso público. Também foi proposto melhorar o acesso a essas informações no site de forma a criar uma "ementa" com os títulos para facilitar a seleção do documento de interesse.

O presidente ainda ressaltou que tão logo o dashboard elaborado pela FIPE esteja disponível, o mesmo poderá ser acessado por todos no endereço <https://www.rj.gov.br/agenera/>

Participaram da reunião, o Presidente da Agerensa, Rafael Menezes; as Promotoras do Ministério Público, Fernanda Nikolau e Gisela Pequeno; o Procurador da Agerensa, Rafael Cid; a Secretária-executiva, Daniela Gaio; os representantes da FIPE, Vagner Rezende e Raphael Gonçalves, além dos presidentes dos comitês de monitoramento dos blocos 1, 2 e 4, Licínio M. Rogério, Eduardo Figueira e Adriana Sotero, respectivamente.

4. PONTOS DE DESTAQUES DO REGISTROS DAS FALAS E TEMAS TRATADOS:

- Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ, iniciou a reunião relatando os motivos da chamada da reunião que foi motivada pela dificuldade de acesso dos

Comitês aos relatórios da FIPE, muitos marcados como sigilosos. Também por conta de ter acontecido em paralelo uma Audiência Pública na Alerj, sobre o Cumpra-se (1), que previa a transparência das metas e informações sobre os avanços das metas de concessão, e comohouve reclamação sobre a ausência da FIPE que foi convocada para essa audiência, sem apresentar os esclarecimentos e os dados de acompanhamento.

(1) OBS: Audiência Pública na Alerj do Cumpra-se - dia 11 de novembro - Lei 9.370/2021, que obriga as empresas de saneamento a divulgar informações sobre compromissos e metas de saneamento por parte das concessionárias Rio +Saneamento, Águas do Rio e Iguá e da Cedae. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=EIFCiAjOXig>

- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, sinalizou que o MPRJ tem um procedimento que acompanha a transparência das informações regulatórias dos contratos de concessão, por isso entenderam que precisavam dar esse suporte aos Comitês de Monitoramento. Informou que essa dificuldade do acesso não é exclusiva dos comitês, mas eles também estão verificando o avanço das metas nos municípios e de entender as razões do sigilo dessas informações.

- **Sr. Rafael Menezes, presidente da AGENERSA**, alegou que se tem sigilo que a culpada seria da Secretaria Executiva, pois a FIPE entregou. E sugere que tão logo a FIPE entregue que criassem um canal para entregar os relatórios, disse que a partir do momento que eles enviaram eles seriam públicos.

- Contudo não foi o que foi presenciado durante a reunião, a **Dra. Fernanda Terciotti** estava com o computador logado e demonstrou que não tinha como acessar os documentos dos relatórios dos índices, informou que ficou durante quarta-feira passada o dia todo tentando e não conseguiu localizar os relatórios, mas não identificou indicação que são os relatórios da FIPE, que tem que abrir um por um para verificar o conteúdo dos documentos, que os títulos e temas não são indicativos dos conteúdos.

- **Sra. Daniela Gaio, representante daSecretária-executiva da Agenersa**, disse que até o momento só um relatório foi entregue, e que essa já estava disponível.

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, esclareceu que os Comitês observaram que tinha no contrato a presença do Verificador Independente, que seria exercida pela FIPE, e o papel desse ente interessava aos comitês para auxiliar o monitoramento dos contratos. E observaram que já estava no 3º ano, então era para ter vários relatórios mensais dentro do sistema SEI, pelo menos 1 anual de cada ano, daria para saber como estava os indicadores, com as fórmulas específicas do primeiro ano, do segundo e do terceiro. E que já teríamos como acompanhar ao longo do período.

- **Sra. Daniela Gaio, representante daSecretária-executiva da Agenersa**, disse que a metodologia as empresas entregariam para ser validada junto com a FIPE, e que seria a partir do 3º ano. Deu entender que no primeiro e segundo ano a AGENERSA não teve apoio com as análises da FIPE no acompanhamento das metas.

Notas

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4** questionou se até o 3º. ano não seria preciso entregar nenhum indicador, seria somente estudo de metodologia? E perguntou sobre o único relatório que foi informado que foi entregue, qual seria a data de entrega, foi respondido que foi publicado em D.O, mas não informado a data, apenas que foi em setembro desse ano (2024). Representante da FIPE disse que a data de contrato da Rio +Saneamento é diferente, somente bloco 3 tem essa data de defasagem na entrega.

- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, explicou que a proposta inicial dos comitês era criar os indicadores, mas não tinham a fonte de dados. Então localizou um documento de um projeto da FIPE muito bem-feito, com todo cronológico dos relatórios, mensais, trimestrais, semestrais e anuais. Representante da FIPE disse que esse é o No. 1. E que ele informou aos comitês que se aquilo estava contratado era ali que acompanhariamos, pois teríamos acesso aos mesmos dados da FIPE, e o grupo de trabalho dos Comitês acompanharia. O problema que não tínhamos como checar se aquilo estava contratado, pois era um documento solto dentro do SEI, por isso que os Comitês solicitaram os contratos com a FIPE, para entender isso, pois a resposta era que não tinham os indicadores e no documento apontava que teriam. E questiona como esse documento está vinculado ao contrato com a FIPE? Após muita insistência o contrato que veio na resposta não tem anexo, nem o vínculo com esse termo de referência, então estamos na mesma – queremos saber o que está válido? Qual é o escopo dentro da FIPE, o que ela tem que entregar, o que foi contratado, para a gente observar se serve ou não aos comitês.

- **Dra. Fernanda Terciotti, promotora do MPRJ**, tentou com a ajuda do pessoal da FIPE localizar os documentos. Constatou que todos os documentos têm o mesmo nome, índice de desempenho Agerensa, mas se tiver que abrir, são coisas completamente diferentes, todos documentos com mesmo tema, ela imaginou que seria o último pela data, mas teria que “chutar” para ver se era ou não o da FIPE, é um garimpo, muitos são apenas despachos, e que todos os relatórios da FIPE estão com cadeado. Relatório anual, o representante da FIPE disse que é o 3349 (2). E que é um processo por ano e por bloco.

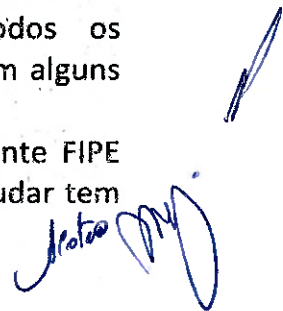
OBS (2)—Após a reunião o MPRJ nos informou que todos os documentos enviados pela FIPE estão dentro do SEI/RJ 220007/003349/2021

- **Presidente da AGENERSA, Sr. Rafael Menezes**, questiona ao seu pessoal se os documentos foram validados por eles, foi respondido pela secretaria executiva que os conselheiros sim, mas que são mais de 3 mil processos.

- **Dra. Fernanda Terciotti, promotora do MPRJ**, questiona como assim validar? Uma vez que o trabalho do verificador é fazer a verificação, então volta a questionar como os Comitês e o MP não tem acesso aos dados verificados?

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE** informou que todos os peticionamento são entregues para a Agerensa pelo 3349, que tem alguns específicos que respeitam os processos de origem.

- **Presidente da AGENERSA, Sr. Rafael Menezes**, pede ao representante FIPE para deixar tudo público a partir daquele momento, e se tiver que mudar tem



que mudar mesmo. Sugere fazer um SEI separados só para inserir esses documentos dos indicadores, do que eles já acompanham.

- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, diz que se aquela tabela estiver sendo cumprida é só dá o nome do documento da tabela (3).

OBS (3) – Tabela projetada na apresentação da FIPE:

RELATÓRIOS ORDINARIOS – VERIFICADOR E CERTIFICADOR INDEPENDENTES

PRÉ-OPERAÇÃO

- P1 - Plano de Trabalho
- P2 – Matriz de Responsabilidade
- P3 – Metodologia de Aferição dos Indicadores de Desempenho
- P4 – Análise dos Planejamentos de Investimentos
- P5 - Diagnóstico dos Sistemas e Ferramentas de Gestão
- P6 - Plano Geral de Projeto (Versão Final)
- P7 - Estruturação dos Procedimentos
- P8 – Dashboard
- P9 - Workshop

OPERAÇÃO

- P10 - Relatório Mensal de Acompanhamento (16)
- P11 – Relatório Trimestral de Aferição de Indicadores de Desempenho (1)
- P12 – Pesquisa de Satisfação dos Usuários
- P13 – Relatório Anual de Desempenho (1)
- P14 - Relatório de Melhorias Contínuas (2)

- **Dra. Fernanda Terciotti** informa que o GTT do MP também está sendo cobrado por todos os promotores do estado sobre onde estão as informações.

- **Sr. Rafael Menezes, presidente da AGENERSA**, pediu para equipe da FIPE que assim que for colocado no SEI vai enviar um e-mail informando que a informação foi disponibilizada. Se o relatório estiver incompleto será feito todo de novo como revisão 2, e que será sujeito ainda a análise da Agenerasa. E que posteriormente será validado pela Câmara Técnica, que precisa ir passar por uma seção regulatória, pois vem primeiro com o entendimento do que é correto pela FIPE. Dra. Adriana Sotero questionou se esse parecer que vai validar não entraria também no SEI, Eduardo Figueira completou dizendo que 90% das informações já estariam corretas e que o objetivo dos comitês não é interpretativo, que a probabilidade de mudar os números não existe, pode mudar o conceito, o presidente da Agenerasa concorda que quando a FIPE libera é porque já teve sim uma discussão previa antes, e que os números não mudam. Dra. Gisele Pequeno reforçou que a ideia é acompanhar e trazerem questões para a Agenerasa.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE** disse que era só indicar então quais eram os e-mails que eles enviariam. Mas esclareceu que dariam um passo atrás pois quem encaminha os relatórios é uma área de contratos por São Paulo, de

todos os projetos tocados pela FIPE, que seria um rito que não sai pela coordenação de projetos, pois há uma **revisão institucional**, não é de um analista, por isso considera bom estar peticionado no SEI. Explicou que a lógica e padrão criado desde 2022, é pelo SEI 3349, sendo encaminhado para a Agenesra de forma aberta e para os demais iria fechado. Esclareceu que fora isso tem ofícios que recebem específicos para finalidades e eles devolvem dentro dos processos, como reajustes. **Anotamos todos os e-mails em um papel e repassamos para o representante da FIPE.**

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4** pergunta se esses relatórios seriam da FIPE com o comportamento de Verificador Independente ou Certificador Independente, se são relatórios independentes. Foi esclarecido pelo representante FIPE que depende do escopo da demanda. Se ela for relacionada a indicador já cai no escaninho do Verificador, mas se for mais de engenharia, de obra iria para o do Certificador. **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE** exemplificou que lá atrás teve um Manual de Bens Reversíveis que estava nos dois lados, tendo um pouco de engenharia e um pouco de indicador. Mas que geralmente chega e volta pelo Ofício para a FIPE, não passa pelo 3349, em cada ano e em cada bloco tem um processo específico que a Concessionária coloca um relatório, e eles produzem um relatório de Verificação Mensal, e esse tem sido encaminhado todos os meses para a Casa Civil e para a Concessionária de volta para que ela volte a avaliar. E que não é o que a Dra. Fernanda estava abrindo não era aquele.

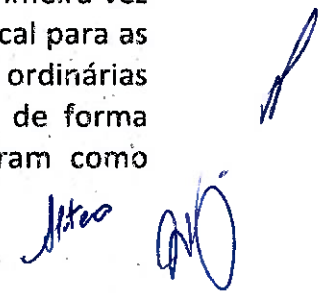
- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2** pediu para a FIPE explicar o escopo do trabalho, pois tem tudo tabelado, inclusive dos entregáveis e cronológico.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE** explicou que o contrato tem 2 grandes ETAPAS macro de trabalho: uma Pre-Operacional, que é aquela que a FIPE se prepara para a fase que ela vai analisar a engenharia, a economia, tudo que vai dar suporte para as equipes trabalhem a partir do operacional. Tem dois que são similares No. 1 e No. 6

P1 = Plano Geral de Trabalho, sendo P1 = versão preliminar e o P6 = versão final – pre-operacional, ambos chamados de Plano geral de trabalho

P1 – descreve do ponto de vista teórico, como será o trabalho, pois ainda não conhecem os atores, com a Agência, com regularidade mensal. Já o segundo relatório, o P2:

P2 – vai estabelecer qual é a Matriz de responsabilidade e o plano de comunicação com os agentes (Agenesra, Casa Civil, entre eles, com as concessionárias) e quem dita o quê. Foi apresentado por eles pela primeira vez um organograma, e identifica nas concessionárias quem é o ponto focal para as responsabilidades e o plano de comunicação (rito de reuniões ordinárias periódicas). Esclareceu que começou as reuniões com a Agenesra de forma semanal, e hoje fazem a cada 15 dias, pois agora já estabeleceram como trabalhar, tem tudo por escrito e estabelecido como se faz.



P3 – é o terceiro relatório, foi o primeiro que fala da metodologia do Verificador, dos índices de desempenho. Eles pegam todo o pacote disponibilizado pelas concessionárias. **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE** deixou claro que eles entraram somente um ano após a operação assistida, que o ideal era eles terem iniciado no mesmo momento. Então eles tiveram que pegar dados de estoque para verificar, pegaram tudo relacionado com metodologia dos indicadores. Ele não é conclusivo pois tiveram 30 dias para discussão essa metodológica.

- **Dra. Fernanda Terciotti, promotora do MPRJ**, informa que tem vários P1 P2 e P3, tudo com o mesmo nome, e não dá para saber o que já foi entregue.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE** continuou explicando que poderia usarem alguma coisa que identifique, que eles sabem pois foram eles que colocaram lá, mas também enfrentam a mesma dificuldade com o SEI. O que é uma página no site da Agenesra é mais fácil para ela editar. Ele continuou explicando que o relatório P3 abriu uma **discussão metodológica** **encima daquilo que foi oferecido pelas concessionárias**, portanto métodos diferentes. Haja visto que **as concessionárias que definiram dentro da lógica dos índices**. Em cima da modelagem que o BNDES permitiu. O formato e a periodicidade estavam definidos, mas a forma de fazer não estava.

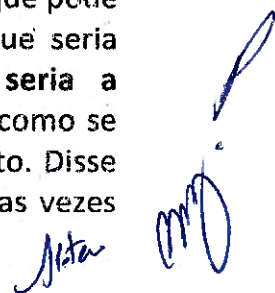
No **P3** essa metodologia não está concluída no final, foi iniciado o processo, nos anos de 2023 e 2024 ficaram discutindo a metodologia. Isso tudo com sugestões das concessionárias.

- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2** perguntou: Quem faz análise de consequência entre os índices finais dos contratos e os indicadores das concessionárias.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE** respondeu que é a Câmara Técnica da Agenesra que olhava os relatórios e a FIPE verifica se teriam consequências.

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4** solicitou que no Termo de Cooperação com a Agenesra pudesse constar para os Comitês participarem desse momento da análise das consequências. Contudo a representante da Secretária-executiva, Daniela Gai alegou que era um trabalho técnico, porém a Sra. Adriana Sotero reforçou a importância de ter o olhar social nessa etapa da análise do monitoramento.

P4 – nesse relatório vai tratar do Planejamento dos Investimentos que foram colocados até 180 dias após assinatura dos contratos, e todas as concessionárias entregaram. No final de dezembro a FIPE recebeu pela primeira vez, e foi analisado esse plano conceitual de investimentos. Ele falou sobre a tese conceitual da universalização do saneamento dos 4 blocos regionais. De dinheiros novos associados a universalização, e fala sobre flexibilidade que pode parecer que está passando por cima de critérios técnicos. Alegou que seria preciso buscar **critérios técnicos novos para entender o que seria a universalização**, pois se trata de colocar dinheiro nas comunidades, e como se teria um projeto executivo amplo com sondagem no primeiro momento. Disse que não tem esse projeto executivo, que por isso conversaram diversas vezes



com o BNDES sobre isso, para entender isso, **se eles precisariam exigir um projeto todo completo** ou algo que permitisse a flexibilidade !!!! Disse que estava o dinheiro do BNDES e das concessionárias e precisaria olhar com muita calma e transparência esses blocos e os investimentos associados, pois se trava-se ali, terminaria o programa de 35 anos de esgoto tratado, que não teria como fazer, pois exigiria um tipo de trabalho nas comunidades que não teria como fazer. Por isso ficou acordado de aprovar o plano conceitual em cima de algumas regras de engenharia e vai acompanhando para ver aonde chega o projeto executivo.

- **Secretária-executiva, Daniela Gaio** disse que para dar transparência nesse projeto que foi muito criticado nesse ponto de universalização em ANIUs, por isso a Agenesae está na fase final de uma IN de maneira que seja refletido que nos objetivos do contrato, que eles entendem ser a universalização. Embora não possa exigir um projeto, pode pedir para dizer como foi no objetivo do contrato. O representante da FIPE defendeu essa estrutura alegando que não seria uma inversão técnica, pois é o que está escrito!

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4** alertou que o problema foi por conta da modelagem tratar as pessoas de forma diferente no processo de estabelecimento das metas, uma vez que não há metas para as áreas das ANIUs, não tem uma previsão de regra igual ao restante da população, por isso criou dentro do contrato um problema. Sinalizou inclusive que o Ministério Público, na figura do Dr. Saturnino na parte do Meio Ambiente relatou justamente esse problema legal dentro dos contratos.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE** na continuidade disse que a partir daí tiveram todos os planos conceituais certificados baseados nesse tipo de análise, olhando onde estão alocados os recursos nesse **P4**, definidos no leilão e quais são as soluções metodológicas definidas pelas concessionárias. Então para cada região foi definido pelas concessionárias, a região e qual era o dinheiro e qual era a solução que a concessionária iria realizar. Então o CODIR, conselho da agência liberou a homologação desse cronograma dos investimentos iniciais, para que as concessionárias evoluíssem no projeto executivo estabelecido. Naquele dinheiro a solução é essa, isso que eles observam, o CODIR da agência aprovou então eles ficaram respaldados para executarem nas áreas de ANIUs. Ele disse que já chegou na FIPE alguns **projetos executivos**, nessa etapa eles param e pedem a **justificativa das diferenças** entre o Plano Conceitual e o que será executado. Ou seja, após um ano já se sabe que se tem rede ou não no morro, diferente do que se imaginava na proposta comercial feita em 2019.

P5 – tem a ver com o P3, ele é bem definido se a metodologia está definida, mas as fontes estão prontas, sabe onde estão as informações, existem as ETEs, UTRs; elevatórias, para cair em um indicador, para eles serem utilizados como indicadores. Nesse P5 é onde tem a fonte de informações.

- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, falou sobre o trabalho que estão fazendo com os Comitês de Bacias Hidrográficas, para entender onde

Justus

estão as elevatórias, e acompanhar o quanto de esgoto está sendo lançado nas bacias sem ir para as ETEs. Uma forma de monitorar e ter indicadores também.

P6 é a revisão do **P1**, que era teórico, refaz o plano geral em cima de 5 meses de trabalho, eles fizeram uma revisão do **P1**, essa é a bíblia de trabalho de todos da FIPE, assim que segue o trabalho deles.

P7 tem a ver com o **P3** e com **P5**, foi criado um Manual de Vistoria, com uma forma de avaliar as obras, que tem haver também com os indicadores. Manual de vistoria geral, definindo-se será a vistoria presencial ou remota, ou seja, já passou pela Certificação da FIPE e após homologada pela Agenesra, vistoria de tudo que está no projeto. Alega que deveriam estar olhando apenas as obras desse universo, que já passou pela homologação da agência e da certificação da FIPE, diz que até agora somente 2 já passaram dessa forma que são o Canal das Taxas e do Arroio Fundo no bloco 2, com licença ambiental e tudo correto. Os demais ainda estão em uma fase de trabalho para aprovação. Mas apesar disso tomaram a decisão junto com a agência de fazer as vistorias, mesmo sem o projeto executivo dos demais, mas fazem em tudo que as concessionárias indicam que são obras no ERJ, independentemente de como esta, ou seja se já está avançada na obra, já vão ter feito as vistorias.

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, questionou como eles faziam então a vitória sem o projeto? Sr. Vagner respondeu que era baseado em algumas plantas, é no rascunho do projeto, eles fotografam para depois que tiver homologado verificarem. Isso eles relatam no relatório mensal da FIPE, portanto o **P7** dá substância técnica ao **P3** (é da metodologia) e ao **P5** (da fonte).

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, continua explicando que os produtos **P8** e **P9** são consolidações, são as saídas, é o dashboard (que é uma plataforma criada para o acompanhamento dos indicadores). Disse que pode marcar para demonstrar como ele funciona, que é uma super plataforma com todos os municípios, e que tudo que chega de informações, fica armazenado, ele vai ser público via site da agência.

Tudo que chegava de informações sobre os indicadores que chegava para a FIPE era disponibilizado, em um ambiente seguro da FIPE. O banco de dados é tudo que eles recebiam via SEI, uma área nova que colocaram nesse projeto é que eles têm uma área de ciência de dados, então eles misturaram com informações do DataSus, SNIS, e SIS água, etc, Eles pretendem a partir agora do ano 3, conseguir fazer alguns tipos de análises como por exemplo: fazer um corte por exemplo dez24, em dado município ver quais doenças estão ligadas a água e ao tratamento de esgoto. A ideia é avaliar se começa a obra e vai medindo, se tem ou não redução das doenças.

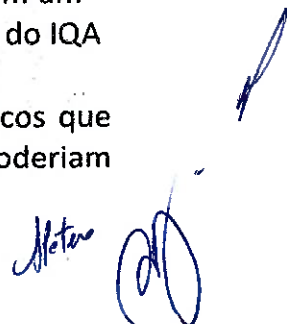
- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, questionou se eles pretendem ter dados da Vigilância Sanitária, que tem os dados da saúde ambiental. Sugeriu colocar esse tipo de dado que vai refletir diretamente.

- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, lembrou que já tinha solicitado essa parceria de incorporar dados do Vigiágua, que a agência está para fazer uma IN para incorporar.

J. Sotero

[Assinatura]

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, sugeriu que no caso do DataSus que use o índice de internação hospitalar das DRSAI, alertou que é esse caminho do VIGIAGUA que a vigilância utiliza na avaliação dos territórios mais necessitados nas ações de saúde, e que isso não foi considerado na modelagem para universalização.
- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, lembrou que também precisa ser cobrado das concessionárias o atendimento e as diretrizes e as normas do VIGIAGUA.
- **Sr. Licínio, presidente do CM Bloco 1**, perguntou se ainda ficaria como autodeclaração as informações que as concessionárias colocam no SNIS, se teria alguma instância de conferência. Foi respondido pelo Sr. Rafael da FIPE que não, mas que essas informações seriam apenas um dado a mais para a gestão da Agência. Ele também perguntou sobre o acerto das 2 parcelas que o governador concedeu de desconto para a empresa Águas do Rio, e o presidente da Agenera ficou irritado alegando que o tema não era objetivo da reunião, mas afirmou que a Agenera não fez parte daquele documento. E que o propósito daquela reunião era para facilitar a vida dos órgãos de controle, e acordar como seria a entregar de todos os documentos, por e-mail ou por SEI.
- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, esclarece que a fonte de dados para o trabalho deles é a que recebem diretamente informada pelas concessionárias, que não é do SNIS, e que considera a metodologia estabelecida para checar os valores que eles fornecem. Afirma que é bom olhar para a base SNIS pois em algum momento aqueles dados foram validos.
- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, perguntou se o Verificador (FIPE) teria corpo técnico para com analisar o indicador de água e de esgoto. Alegou que se estão criticando os dados do SNIS por não serem curados, não ter nenhum órgão isento que confirme os dados informados na base de dados, da mesma forma poderia ser questionado os dados que vem são informados diretamente pelas concessionárias, e eles da FIPE somente pegam os dados e com metodologia que as próprias empresas sigeriram, passa ser a mesma coisa que o acontecia com os dados do SNIS.
- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, afirmou que a parte que cabe a eles é parte do indicador, mostrar que está com febre, não seria avaliar porque está com febre. Alegou que estão comparando de alguma forma com o dados reais, pois no dashboard eles têm cerca de 5 milhões de informações de IQA e IQE que entra de 2 em 2 horas.
- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, perguntou se a FIPE tem um laboratório para aferir também as informações, que possa fazer aferição do IQA e IQE informado.
- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, respondeu que há os técnicos que são responsáveis pelas informações tem os registros profissionais que poderiam ser responsabilizados.



- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CIM Bloco 4**, alegou então que os responsáveis pelos dados do SNIS também tinham registros profissionais da mesma forma.
- **Sra. Daniela Gai, representante da Secretária-executiva da Agerensa**, defendeu que as concessionárias teriam laboratórios creditados, com profissional habilitado.
- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, alegou que tem isso seria em tese, mas que é por isso que temos o trabalho da Vigilância para controlar, com contraprova.
- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, defende que os dados são acompanhados online, ou na própria entrada dos dados, alegando que essas bandeira poderiam ser acompanhadas no dashboard, e que tem a capacidade de ver que os dados variaram ou não.
- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, disse que como os comitês não possuem infraestrutura, que precisamos facilitar as coisas, por isso eles propuseram de ir de trás para frente. Tipo o que o contrato diz, ter X% de água boa na lagoa (qualidade desejável), então quanto estaria hoje medindo, então verificaria as fontes de contaminação, as favelas, as elevatórias que não estão conectadas, e qual é o projeto que as concessionárias tem para solucionar a carga dessas fontes? Por isso que no bloco 2, estão pedindo quais são as elevatórias, que eles vão medir através da ajuda dos Comitês de Bacias, mas se a FIPE está medindo então seria ótimo, pois então iriam checar. Os Comitês de Bacias colocariam a boia nos mesmos pontos do INEA e medir também, para terem a fonte dos indicadores de uma maneira mais simples. E quais são os indicadores que apontam a caminhada correta descrito nos contratos.
- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, alegou que existem as normativas que indicam quais valores são os corretos, e que as concessionárias precisam seguir as legislações. Portanto se elas disponibilizarem essas informações no site qualquer pessoa pode acompanhar.
- **Sr. Rafael, presidente da Agerensa** disse que quando teve aquela reclamação sobre o site, que chamou o TI, para ver como disponibilizar os dados do ponto de vista dos usuários, para facilitar, desde como colocam o título dos documentos, pois hoje a agência tem todas as informações, e que sabem onde podem pesquisar.
- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, perguntou qual era a previsão para disponibilizarem o acesso ao dashboard.
- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, informou que dashboard já está funcionando, só não estava público ainda, que já está instalado em algumas máquinas na agência como teste.
- **Dra. Fernanda, promotora do MPRJ**, disse que dá forma como estão os dados que é difícil saber o que já foi entregue pelas concessionárias e pela FIPE. Questionou se as concessionárias estão entregando mensalmente os índices a partir do 3º. Ano, mas encontrou com cadeado o arquivo intitulado relatório anual, então como está com cadeado, não dava para saber o que entregou. se

Jotao



tem de 2021, e 2022 e 2023 não tem. - **Sra. Daniela Gai, representante da Secretária-executiva da Agenesra**, disse que é um processo por ano. Dra. Fernanda completou a crítica dizendo que nem na parte dos processo regulatórios de indicadores, e não tem como pesquisar por nome no SEI, e os relatórios não estariam nem no link do Verificador, nem do Certificador, então não tem como saber se produziram, nem saber se eles da FIPE já analisaram. Perguntou se de fato já foram entregues os relatórios mensais do primeiro e do segundo ano. Reponderam que o 3. Ano era o 24. Blocos 1 e 4 já fizeram os relatórios dos indicadores dos anos 1 e 2. Dr. Fernanda perguntou se a FIPE já fez a verificação de todos?

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, informou que não, que dos anos 1 e 2, já tem análise dos blocos 1, 2 e 4, e que o bloco 3 está peticionando agora.

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, perguntou se foi possível seguir as fórmulas previstas para os anos 1 e 2. Se existe um problema na aplicação das fórmulas previstas nos contratos.

- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRI**, questionou se eles fizeram as análises dos indicadores dos anos 1 e 2 com base na metodologia que tinham proposto, e que foi homologada agora em setembro, perguntou se teve algum ajuste e se fizeram alguma revisão.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, pediu para fechar a explicação do P9, para ficar claro, que era o Workshop, que a agência marcou um amplo encontro, e questiono se os comitês estiveram presentes, que aconteceu no TCE, com todos os órgãos de controle (defesa, MP, etc). Disse que foi boa a reunião, e defendeu que sobre a ótica do controle isso é a base, para ver como são trabalhados os indicadores e o efeito deles, para serem aperfeiçoados. Nesse evento eles da FIPE chamaram atenção para NOVE pontos de DIVERGÊNCIAe conflitantes para aquilo que estava estabelecido para as concessionárias. Um deles, que é o mais conflitante, é que só o IQA e IQE são mensais, todos os demais são anuais. Então para uma pretensão de avaliação de desempenho uma vez por ano, não seria razoável, e não daria para corrigir nada ao longo do processo. Eles propuseram ser mensais ou no mínimo trimestral, mas nunca anual. Ele alegou que conversou isso também como BNDES, em 3 a 4 reuniões, levando esses pontos para os futuros contratos, pois esse da periodicidade não funciona.

- Somente IQA e IQE mensais, sendo IQA diário, questionaram também sobre a periodicidade do teste de odor, que ainda está gerando discussão, pois a portaria do Ministério da Saúde prevê periodicidade no mínimo trimestral, e o anexo III dá uma margem que deveria ser diário, tinha concessionária fazendo diário e outras não, e não tinha uma definição padrão. Cálculo do IDG, da periodicidade diária versus mensal, pois foi feito um esquema para o IQA e IQE que se atribui pesos por tempo, então se falando no período de 12 meses, no primeiro mês vale 1 e no último mês do ano vale 12, só que no caso do IQA na redação, que o BNDES alterou depois para a periodicidade mensal, mas na redação do anexo III o primeiro dia valeria 1 e o último dia 365. Então se

Notas

atribuiria um **peso excessivo**, então só precisaria trabalhar 3 meses para atender a meta. Teve outros como critério de factibilidade do atendimento de água e esgoto, então tem algumas coisas no anexo III, que não estão claras!

- **Sr. Luis, representante da FIPE**, continuou explicando que a FIPE apontou no início do trabalho deles essas questões, levaram para a CODI, e teve a primeira definição metodológica de setembro/2024, e por uma provocação do conselheiro Vladimir, eles da FIPE estão fazendo uma rodada de alinhamento com a CASAN (câmara técnica da Agerensa) que acompanha os indicadores, com a presença também das concessionárias e a FIPE, **por conta dessas incertezas** e receio de todos de que a agência faça algumas ações, que as concessionárias possam contestar legalmente. Por conta dessas divergências levantadas ao longo do processo decorrem de interpretações divergentes do anexo contratual, anexo III – que trata dos indicadores. Essa condução com a presença das concessionárias iria reduzir a probabilidade de algum problema judicial, com a ideia de buscar um consenso para que todos usem a mesma metodologia. Havia um **receio por parte da agência de se fazer uma Instrução Normativa**, dando definições que não estavam previstas no anexo III daquela forma, as concessionárias poderiam contestar.

Virá uma IN da Agerensa, mas há ata e em caráter emergencial ficou decidido um acordo.

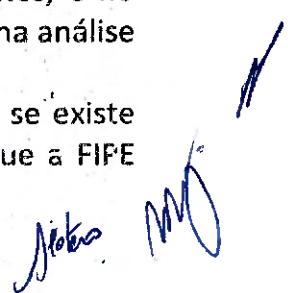
- **Sra. Daniela Gai, representante da Secretária-executiva da Agerensa**, complementou, informando ainda que a universalização vai ser medida por meio desses indicadores.

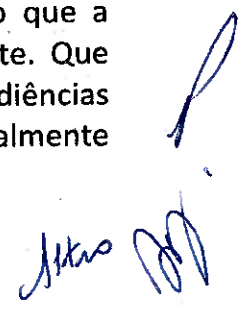
- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, alegou que a FIPE fez o seu papel de alertar a agência, e sugeri que o caminho na rodada possa ser diferente, com a participação de uma discussão com a sociedade, que não deveria ser uma posição somente da agência. Complementou sugerindo que esse ponto fosse para a reunião dos Comitês de Monitoramento para se ter uma posição também. **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, falou que não deveria pois é uma questão jurídica. **Sra. Adriana Sotero** contestou explicando que é uma questão que envolve pedidos de reequilíbrio dos contratos, que entende que a agência está tendo esse cuidado de não afetar uma modificação nos contratos, só que isso afeta como está sendo feito o acompanhamento dos contratos, e da eficiência, se os contratos estão sendo cumpridos ou não, se os índices de qualidade estão proporcionais ou não.

- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, complementou apoiando, reforçando que a parte consultiva dos comitês deveriam também participar desse processo e eventualmente contribuir, que é o papel dos comitês, e no final a Agerensa vai decidir no processo regulatório, também baseada na análise dos comitês.

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, alegou ainda que se existe alguns elementos errados dentro dos contratos, que é importante que a FIPE traga essas questões sim.

01:06:20:80



- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, disse que precisávamos alinhar mais com a FIPE do que com a Agenera, em saber quais são as informações que o Grupo de Trabalho dos comitês precisa. Uma vez que temos um GT precisando dos indicadores para começar a trabalhar, que entendia que deveriam ser os mais alinhados com os contratos, e vir de trás para frente avaliando a cesta de indicadores que refletem o que se pode fazer o acompanhamento mensal. E pediu que esses indicadores fossem fornecidos em Excel.
- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, complementou informando que a FIPE acabou de falar que eles têm tudo em dashboard, que bastava dar acesso aos comitês, para fugirmos das confusões do SEI.
- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, propôs então para fazer um encontro do Grupo de Trabalho com a equipe da FIPE, para definirem tipo dos 100 mil indicadores, a gente precisa de 12.
- **Sr. Raphael Gonçalves, representante da FIPE**, voltou a informar que tudo isso estava na agência que o dashboard já estava instalado na agência.
- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, completou que para fins da eficiência dos grupos de trabalho com esse objetivo, seria melhor o grupo sentar-se com a FIPE e decidir qual seria a cesta de indicadores que se iria trabalhar, e esses viriam direto como rotina, para fugir do SEI e simplificar pois não seriam todos, seria um grupo menor de indicadores, que objetivamente iriam fazer o grupo de trabalho funcionar. Falou sobre a dificuldade de governança, que em um trabalho mais equilibrado todo esse estudo teria que ter partido antes dos contratos. Pois estão trocando a roda com o carro andando. Por isso as concessionárias estão deitando e rolando. Hoje estamos vivenciando um desequilíbrio de governança, que todo sistema de controle deveria ter sido desenhado antes, faltou uma parte na modelagem relacionada com a gestão e controle, mesmo que desenhada preliminarmente. Esse hiato de 3 anos, que eles e a FIPE estão correndo atrás, e as concessionárias deitando e rolando, que essa é a realidade do Rio de Janeiro. Por isso estamos partindo da primícia de que temos 45 mil ações contra a Águas do Rio, e nenhuma na Agenera.
- **Sra. Daniela Gai, representante da Secretária-executiva da Agenera**, alegou que os contratos estão sendo construídos.
- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, completou falando que a consequência de ter sido assim é que a população está sofrendo, e se tem 45 mil ações contra as concessionárias. As causas estão no descasamento da modelagem.
- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, complementou dizendo que a agência agora tem errado e o que se dá para fazer daqui para frente. Que precisa levar em consideração o que muito foi levantado nas audiências públicas, que é o diagnóstico do que foi apurado pela agência estava totalmente equivocado, por isso está gerando todos esses pedidos de reequilíbrio.
- 

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, perguntou como a FIPE agora está olhando o acompanhamento depois que teve esse Workshop, pois mudou a formulação?
- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, respondeu que foi criado um grupo de trabalho na Agenesra, que tinha como objetivo discutir os 9 pontos de divergência apontados pela FIPE. E com as câmaras técnicas foi discutindo tendo a Daniela Gai coordenando a operação, e a partir daí virá uma Instrução Normativa.
- **Sra. Daniela Gai, representante da Secretária-executiva da Agenesra**, informou que a ideia era fazer a descrição metodológica do que tinham enquanto indicadores para cumprir o contrato, e que começaram fazer os estudos para avançar em eventuais alterações para melhorar os indicadores. Tudo que foi discutindo nas reuniões estão em atas, e que tudo está registrado como vai ser aprimorado, pois ainda não finalizou o ciclo dos 3 anos, então tem muita coisa em aberto ainda.
- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, complementou explicando que desde a sequência de reuniões o conselheiro Vladimir pegou a partir das reuniões com o grupo de trabalho e as concessionárias, e estão fazendo um aprimoramento metodológico.
- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRI**, perguntou se a FIPE então estaria revendo os relatórios com base nas decisões apontadas por esse grupo de trabalho interno da Agenesra?
- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, respondeu que os anos 1 e ano 2 estão resolvidos, pois são entendidos nos contratos como evolução, que é no dentro de aprendizagem para o ano 3. **Dra. Gisela Pequeno**, pergunta se seria refletido no relatório do ano 3? Sr Vagner completa que já estão com os relatórios mensais, mas que ainda estão vindo das concessionárias e ainda não estão aplicando a nova formulação vinda dos GT, mas que na hora que for definido eles vão reprocessar o ano 3, com base na formulação.
- **Dra. Fernanda Terciotti, promotora do MPRI**, perguntou qual concessionária ainda não entregou o ano 3. Foi respondido que somente os blocos 1 e 4 entregaram o ano 3, pois foi o único que acabou o ano 3, e que os demais o prazo acabariam em dezembro/24.
- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, perguntou se estava previsto nessa ata, que a FIPE iria reprocessar essas análises.
- **Sra. Daniela Gai, representante da Secretária-executiva da Agenesra**, informou que a metodologia já tem um caráter provisório, exatamente por conta de não terem finalizado o definitivo e que estão ainda em trabalho, que ainda tem conselheiros se reunindo, que a previsão seria metade do ano que vem (2025).
- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRI**, perguntou se o produto P5 foi validado pela Agenesra, e foi respondido que sim, assim como os nove que foram entregues foram validados, que estariam todos no 349.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, continuou a apresentação informando que fechou o processo, e que entraram na operação propriamente dita, que é o relatório mensal de acompanhamento, que é o P10. Ele é 10 pois estava no décimo mês, já foram 16 até agora produzidos. Esses relatórios tem uma parte do Verificador e uma parte do Certificador, por isso esse é o trabalho diário, que tem a parte da engenharia, laudos das obras que estão sendo realizadas, fotos. O lado do Verificador tem o relatório referente ao mês analisado pela FIPE, com o pacote dos indicadores.

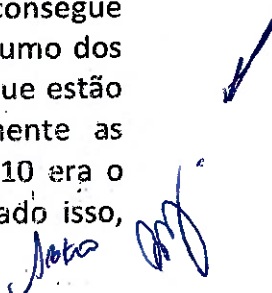
- **Sr. Licínio, presidente do CM Bloco 1**, fez uma questão de ordem e um pedido para mudar o nome do relatório, e passar a colocar número do mês barra ano, para ficar mais fácil de visualizar pois daqui a 10 anos estaremos no número 130.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, concordou, disse que poderia sim mudar e explicou que é uma identificação FIPE/Agenssa. Disse que são 5 anos de contrato, por isso no ano dele começa com 6, então seriam 54. **Sr. Eduardo** concluiu que o P10 é o que os comitês precisam, mas falaram achava que não, que o que os comitês precisam é o que está dentro dos processos regulatórios, que é o completo, que o P10 é o relatório da FIPE.

- **Sr. Luis, representante da FIPE**, esclareceu que essa numeração e títulos são as estruturas de produtos que estão no TR, que eles precisam cumprir dentro do contrato com a agência. E que além disso na função deles de Verificador eles alimentam os processos regulatórios, que existem processos para cada bloco e para cada ano. Então o IQA e IQE que eles checam nos relatórios mensais de cada bloco eles geram um relatório mensal de verificação da FIPE petitionado em cada processo de cada ano de cada concessionária, então lá no P10 eles resumem o que tem em cada relatório mensal, que é o produto da FIPE.

- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, completou que seria importante pegar o Grupo de Trabalho dos comitês e juntar com a FIPE, e criar uma matriz por bloco com os indicadores que façam o acompanhamento, para fazer uma publicação mensal a partir dos dados, para facilitar nas reuniões integradas, para ver em uma tela essa matriz.

- **Dra. Fernanda Terciotti, promotora do MPRI**, perguntou se todos esses relatórios estavam no site da Agenssa, pois estavam com muitas dificuldades de encontrar, que do jeito que estava no SEI era impossível de saber, e mais impossível é para encontrar. Uma vez que estava sendo informado que o P10 é o relatório mensal de acompanhamento, mas não dá para saber, pois há P10 - R1; P10-R13; P10-R12, que foi abrindo com a ajuda de uma pessoa da FIPE na reunião (Sr. Luiz) abrindo um por um, para tentar descobrir que a partir do R8 talvez estaria os relatórios mensais, pois da forma que esta não se consegue encontrar, e não se consegue ver a natureza deles, e ainda é uma resumo dos relatórios mensais. Alertou que são coisas completamente aleatórias que estão com os nomes, até a pessoa da FIPE informou que provavelmente as informações estariam a partir do R8. Alegou que nem sabia que o P10 era o relatório dos indicadores, nessa reunião é que estava sendo informado isso,



pelo arquivo não dá para saber. Alertou que o P13 não está no site, foi falado que não está pois tem particularidades, e que está no processo regulatório, com o nome relatório de verificação anual.

- **Sr. Rafael, presidente da Agenera**, disse que vai fazer uma ementa, como está nas INs, relatório P e o que se trata, com o assunto para saber do que se trata. E que iria resolver isso.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, continuou a apresentação explicando que no P10, tem um sumário executivo que cita os trabalhos dos indicadores, mas não está o relatório. Que só no regulatório esta completo, no processo específico que é aberto, então sugere que nessa ementa que o presidente da Agenera sugeriu colocar quais são os processos que são citados no sumário do processo executivo, para que se possa ir direto nele. P10 – são 16 trabalho diário

- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, perguntou se poderia enviar nesse momento por e-mail, foi respondido pelo representante da FIPE que sim, então foram anotados em folha repassada para o representante da FIPE os e-mails de todos dos comitês e do MPRJ.

- **Dra. Fernanda Terciotti, promotora do MPRJ**, disse que dessa forma pouparia ter reuniões, pois ela tentou achar os relatórios e ler antes, mas não conseguiu encontrar.

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, perguntou foi a agência que pediu para colocar junto o relatório do comportamento do Verificador e do Certificador, pois são contratos diferentes, com entregas independentes. Foi respondido pelo representante da FIPE, que esse é o modelo do P10 da FIPE, embora eles sejam separados, mas é um único objeto, então o P10 tem um capítulo do Certificador e um capítulo do Verificador.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, continuou a apresentação explicando que no P11, que é trimestral, o princípio dele seria calcular pela primeira vez o IDG, que não estava calculado em lugar nenhum, e agora no ano 3 seria elaborado, eles já estão com ele mais ou menos rascunhado, e trimestralmente vai apresentar o cálculo do IDG, que é um **cálculo preliminar que vem da concessionária**, e eles da FIPE avaliam e devolvem, para quando chegar no final do processo não passarem susto e nem ter nada que não foi chamado atenção. Explicou que o P12 é uma **pesquisa de satisfação do usuário**, está no modelo de trabalho da FIPE, que seria para comparar com o ISU (índice de satisfação do usuário), que é umadas 11 variáveisque compõem o IDG. Até aquele momento estavam tentando realizar o que foi eles programaram na origem, mas ainda não tem o efeito final. Disse que chamaram a turma da USP, e viram que não poderia ser uma pesquisa qualitativa simples, do tipo entrar em uma comunidade e perguntar, alegando que chegaram à conclusão devido ao fato da condição socioeconômica dos moradores/cidadão ser ruim, exemplificando a precariedade no transporte, na educação, como tudo é muito precárioque então não poderiam chegar perguntando sobre saneamento, **“as pessoas iriam falar qualquer coisa se o investimento está chegando ou não”** está chegando. Alegou

Motivo

que não deveriam fazer isso, uma vez que o filho não tem nem onde estudar, mas o saneamento está chegando. E por isso não teriam uma boa informação, e não teriam uma coleta adequada de dados.

Disse que pela primeira vez estavam no modelo do BNDES, contribuindo com 6,5% do IDG, então esse índice era relevante por estar definido o IDG. Alegou que o time da casa partiu de uma definição diferente, mas o ISU vai de 5 a 6.5%, dependendo do bloco, por isso rascunharam diversas vezes e chegaram à conclusão que era **melhor não perguntar, mas ouvir o que estavam dizendo** através das redes sociais, mídias, idas nas comunidades e tentar colaborar. Teria então dois tipos de ISUs.

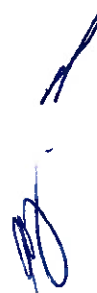
Seria uma pesquisa para tentar entender como estavam vendo isso, por isso eles seguiram a seguinte sequência: o projeto executivo aprovado, investimentos e obras. Para então eles medirem ao final e capturar o dado. Informou que já rolaram o robô na investigação dos dados, e só bateu com CEDAE, mesmo tendo funcionários com uniforme com a logo marca da Águas do Rio.

- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, alegou que era o efeito do trauma forte que a população tinha, era o efeito histórico da percepção.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, continuou explicando que a mesma área técnica que desenvolveu o dashboard preparou esse tipo de análise e estão também utilizando os dados do sistema de ouvidoria da Agerensa, mas que considerava esse tipo enviesado pois é utilizado para reclamações, e como precisam também ouvir o positivo. Mas querem também comparar com informações capturadas por lá. E que em algum momento vão transformar isso em um indicador para comparar. E que vão avaliar quais são os métodos que as concessionárias estão usando para calcular isso, se era pelo Call Center, perguntando a todos que vão até o atendimento sentado na frente do atendente.

- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, salientou nesse tema, que foi determinado nas reuniões integradas dos comitês que teriam espaço da participação do usuário. Explicou que teve até uma pessoa de Petrópolis, que não estava relacionada com os blocos desses contratos, que era da Prolagos, mas fez uso do espaço também. Embora os comitês deixem claro que não são SAC das concessionárias, mas cada vez que vai um usuário e faz sua reclamação, já que a Agerensa estava presente nas reuniões na forma de secretaria, foi acordado que a reclamação se tornaria um SEI. Contudo os comitês ainda não tiveram retorno, mas essa era a ideia de ser um espaço para o consumidor. Então sugeriu que a FIPE também fizesse coleta de dados dos registros das reuniões.

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, também dentro desse tema disse que a Fiocruz tem um projeto voltado para a consulta cidadã de dados no estado do Rio de Janeiro, para coleta de forma popular esse tipo de dados do usuário, e que pretendiam também fazer um dashboard com os dados. Lembrou que o MPRJ junto com a Defensoria também tem algo nesse sentido.



- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, perguntou como eles da FIPE pretendiam mapear esses dados? Informou que tiveram uma reunião com a defensoria para definir se vão usar um formulário ou se vão criar um formulário, mapeando os pontos de falta de água.

- **Sr Luiz, representante da FIPE**, informou que tem um indicador, o TA, que está relacionado com quando tempo a concessionária demora para resolver os problemas e reclamações, mas há critérios que é difícil para eles mensurarem, mas essas fontes podem ser interligadas.

- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, alertou que muitas vezes as concessionárias usam de mecanismos para escamotear as informações, como por exemplo colocando o comercial para ligar para as pessoas, aí não tem protocolo.

- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, disse que dá trabalho procurar saber se o usuário esta ou não satisfeito.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, continuou explicando que o P13 é o anual, pois Dra. Fernanda Terciotti, promotora do MPRJ, disse que no Verificador pulava do P12 para o P14, e questionou se esse era o que estava no regulatório no final. Sr. Vagner disse que o P13 precisa ir para análise da agência, e que no final do ano que ele era feito, que tem o ano 1 e ano 2 juntos.

- **Sr Luiz, representante da FIPE**, complementou informando que para os blocos 1, 2 e 4 fizeram o ano 1 e ano 2 juntos.

- **Dra. Fernanda Terciotti, promotora do MPRJ**, perguntou se esses foram entregues no SEI, mas ainda não foram analisados pela Agerensa, e se na aba do verificador estariam os P1, P2 e P3 intitulados Indicador de Desempenho do 1º ano seria então o P13? Reclamou que não dava para saber se era mensal ou anual, pois não dava para saber se o processo que estava vendo era o que a FIPE tinha peticionado, e o que dava para ver no Regulatório.

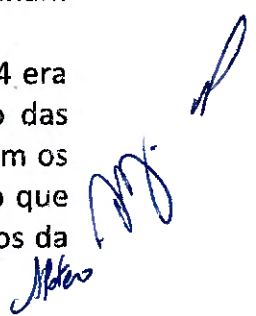
Nessa fase ficou demonstrado muita confusão na busca dos documentos que a Dra. Fernanda estava tentando acessar, nem mesmo o pessoal da FIPE sabia onde estavam e o que eram os documentos do SEI, muito que ela tentava acessar estavam com fechado (com chavinha).

- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, sugere marcar um Workshop com os Comitês para eles apresentarem em fevereiro/2025, para o grupo de trabalho apresentar o que está fazendo.

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, perguntou o que significava o relatório de melhorias contínuas.

- **Sr Luiz, representante da FIPE**, respondeu que são perguntas que eles alinham com a agência.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, continuou explicando que o P14 era um benchmarking do seneamento (processo que envolve a comparação das métricas de desempenho e dos processos de negócios de uma empresa com os de outras empresas), comparando até com indicadores internacionais, e o que está sendo cumprido. Serve para exercitar o poder de pesquisa dos técnicos da FIPE, ampliando o olhar.



P14 quadrimestral, tem dados internacionais e de outros locais

- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, falou que estão sendo cobrados no MP, onde podem ver o Plano de Investimentos das concessionárias por ano. E eles poderem acompanhar o avanço das intervenções apresentadas pelas empresas, que sabia que mesmo os dados provisórios ainda seriam validados pela Agenera. Perguntou onde estava, e como poderiam verificar como estava expandido a rede em uma determinada comunidade/localidade.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, respondeu que é apartit da técnica de olhar, primeiro a área geográfica, o projeto e o valor; segundo quando apresentam o projeto executivo e terceiro a execução do orçamento, como certificador. E que o P4 trouxe todas as aprovações dos cronogramas por blocos, mas não está por município.

- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, perguntou se o P4 estava detalhado por localidade.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, respondeu que não estava, que era um plano conceitual remetido nos 180 dias depois da assinatura dos contratos, que era bem geral, pois o detalhamento estaria no executivo.

- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, perguntou então como se achava essas informações dentro do executivo.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, respondeu que quando aprovado pela Agenera iria constar no SEI, mas que tinham até aquele momento apenas 2 projetos executivos entregues, o do Canal das Taxas e do Arroio Fundo, do Bloco 2, que é o que tem essa sequência total cumprida. Todo resto está em elaboração ou em avaliação.

- **Sr. Eduardo Figueira, presidente do CM Bloco 2**, perguntou como podemos acessar os 2 projetos, qual era o caminho?

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, respondeu que não sabia como essas informações estavam sendo gerenciadas, mas que constava no P4, pois tudo desses estavam certificados por eles.

- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, perguntou se poderia acessar o projeto executivo por ano.

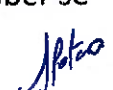
- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, respondeu que submetem a agência para homologar.

- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRJ**, perguntou então onde eles disponibilizam, em qual canal.

- **Sr. Vagner Rezende, representante FIPE**, respondeu que eles disponibilizam através de um Ofício específico sobre as concessionárias.

A Agenera não respondeu nada sobre isso, mesmo tendo ouvido as questões do MP. Dra. Gisele Pequeno deixou claro que desejava saber os caminhos nos canais da agenera, por ano, e como acessava o projeto executivo detalhado.

- **Sr. Rafael Menezes, presidente da AGENERSA**, disse que os processos já tinham relator, mas Dra. Fernanda Terciotti, promotora do MPRJ queria saber se era o que ela estava tentando acessar, mas não sabiam.



- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, perguntou se somente 2 projetos executivos estavam validados pela FIPE, então como a agencia cobrava a entrega desses projetos executivos? Tinha prazo?

- **Sr. Rafael Menezes, presidente da AGENERSA**, disse que todos já foram entregues.

- **Sra. Adriana Sotero, presidente do CM Bloco 4**, perguntou se a FIPE olhava esse tempo de entrega dos projetos?

- **Dra. Fernanda Terciotti, promotora do MPRI**, verificou que todos os documentos relacionados estavam fechados, sem terem acesso.

- **Sra. Daniela Gaio, representante da Secretária-executiva da Agenera**, disse que não tinham projetos executivos apresentado, mas Sr. Eduardo corrigiu informando que falaram que há 2 projetos executivos, e pergunta como encontra os dados do Arroio Fundo.

- **Dra. Gisela Pequeno, promotora do MPRI**, perguntou onde estão os cronogramas de investimentos.

Não souberam informar como localizar.

Outros temas tratados já no final foram sobre o P15 e P16 que são sumários do projeto executivo, citado no P10 e nos processos regulatórios citados, quanto tempo demora para solucionar as chamadas de reclamações.

P13 já tem 40 dias entregue, mas não aparece no SEI (Agenera que tem que colocar)

Foi solicitado virar rotina a entrega dos relatórios para os comitês, e ter uma árvore de consulta seguindo a tabela de plano de trabalho da FIPE.

CONCLUSÕES

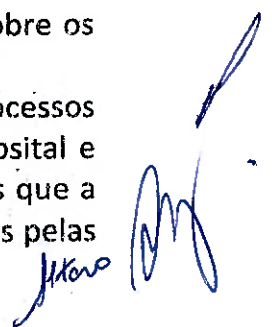
1. A AGENERSA apenas considerou o encontro dos comitês com a FIPE a pedido do MPRI, sem essa intervenção não haveria o atendimento legal de uma instância de monitoramento e fiscalização prevista tanto nos contratos como na Lei 11.445/2007. Uma vez que não fomos chamados para a reunião que teve no TCE.

2. Foram reconhecidos a falta de transparência devido ao fato de ter chave de restrição aos relatórios enviados pelas concessionárias para a FIPE e produzidos pela FIPE;

3. Os relatórios de Verificação Mensal, são enviados todos os meses para a Casa Civil, para a Agenera, e para a Concessionária de volta para que ela volte a avaliar, mas não são enviados para a instância de controle social prevista nos contratos, que são os Comitês.

4. No relatório P3 era um que deveria ter tido o parecer dos comitês sobre os índices, assim como sobre o formato e periodicidade de conformação.

5. Ausência velada da falta de convite a participação dos comitês nos processos de definição da política de acompanhamento dos indicadores, foi proposital e chegamos com atraso no acompanhamento e na avaliação dos impactos que a definição da metodologia apenas com a definição das melhores condições pelas



concessionárias. Não nos permitiram até aquele momento conhecer o que estava acontecendo, portanto não poderíamos atuar.

6. Foi solicitado para constar no Termo de Cooperação com a Agerensa para os Comitês participarem do momento da análise das consequências, que a Câmara Técnica da Agerensa avaliava nos relatórios do Planejamento dos Investimentos (plano conceitual de investimentos), e dos relatórios do verificador FIPE.

7. A falta da participação social na tese conceitual da universalização do saneamento dos 4 blocos regionais, por isso está considerando apenas os chamados "dinheiros novos associados" a universalização, e apoiado uma flexibilidade dos critérios.

8. A FIPE em determinado momento não sabia como lidar com o acompanhamento devido a erros na modelagem do BNDES.

9. Ficou a critério das concessionárias onde seriam alocados os recursos baseados no plano conceitual, que foi aprovado sem a levarem a participação social durante a análise de contribuição baseada no P4, os comitês não tiveram oportunidade prévia de acesso, portanto a definição da região e qual era o planejamento de investimento e a solução metodológica era definido apenas pelas concessionárias, sem nem ouvir ou consultar as comunidades.

10. Durante o alerta das incertezas na descrição do acompanhamento dos indicadores, pela FIPE, previstos no anexo III, não foram chamados os comitês para participar do melhor caminho metodológico que poderia beneficiar os usuários, apenas foram considerados o melhor caminho para não ter pedidos de reequilíbrio econômico ou contestações por parte das concessionárias. Foi solicitado participação dos comitês na Instrução Normativa que a Agerensa está elaborando.

11. No cálculo do IDG, foi formado um cálculo preliminar que veio de sugestão das concessionária, e eles da FIPE avaliam e devolvem, nesse processo não houve a participação social. Um dos indicadores que compõem esse é o ISU (índice de satisfação do usuário), que é uma das 11 variáveis que compõem o IDG, contudo a metodologia de composição desse cabe as concessionárias definirem, é preciso que a FIPE utilize outros dados que possam checar esse indicador, e confrontar com os vindos das concessionárias.

J. J. J.

[Signature]

[Signature]